

O OPERARIADO NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA: ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E HISTORIOGRÁFICOS¹

ICARO BITTENCOURT*

Resumo

O propósito desse artigo é esboçar uma interpretação sobre a historiografia do movimento operário no Brasil da Primeira República. Para isso, são abordadas as origens dessa produção historiográfica e a diversidade de tendências que ela assumiu ao longo de seu desenvolvimento. Por último, são feitas considerações sobre as atuais interpretações sobre o movimento operário na Primeira República, destacando suas potencialidades e limitações.

Palavras-chave: Movimento operário-Historiografia- Primeira República

Abstract

The purpose of this article is to write a draft of an interpretation about the written history of the worker movement in the Brazil of the First Republic. To do so, it is given the approach to the origins of the written history produced and the diversity of trends that it got during its development. Finally, it is taken into consideration some current interpretations about the worker movement in the First Republic highlighting its potentialities and limitations.

Keywords: Worker Movement - Written History - First Republic

Desde que Paulo Sérgio Pinheiro, no prefácio de sua obra “Política e Trabalho no Brasil”,² em 1975, constatou a escassez de estudos sobre os operários no Brasil da Primeira República e ressaltou a importância desses sujeitos para a compreensão da história política nas décadas de 1920 e 1930, inúmeras pesquisas e trabalhos foram realizados e publicados no Brasil e no exterior sobre a temática da classe e do movimento operário na Primeira República brasileira.

Segundo o levantamento historiográfico feito por Cláudio Batalha,³ após o domínio das histórias produzidas pelos mi-

¹ Devido ao espaço reduzido desse artigo e às limitações e preferências do próprio autor, vários trabalhos deixaram de ser citados, sendo esta uma reflexão e um recorte sobre a historiografia da classe operária no Brasil da Primeira República e não um levantamento completo de todas as pesquisas e temas desenvolvidos nessa área de estudo. Este é um artigo ligeiramente modificado a partir do relatório de 2006 da pesquisa de iniciação científica “O Movimento Operário na Primeira República (1889-1930): uma história comparativa entre Santa Maria e Cachoeira do Sul”, financiado pela FIPE-UFSM e orientado pelo Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad.

² PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Alguns trabalhos acadêmicos de relevância sobre o movimento operário já haviam sido publicados antes da obra de Pinheiro, entre eles RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966; RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968 e SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: USP/ Dominus, 1966.

³ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto/USF, 1998.

* Acadêmico do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

litantes e simpatizantes do movimento operário, surgiram nas décadas de 1960 e 1970 estudos acadêmicos ancorados numa abordagem sociológica e, a partir dos anos 1980, consolidaram-se as pesquisas acadêmicas em história operária. Mesmo que as produções referidas acima não tenham se desenvolvido de forma tão linear como foi exposto, elas apresentaram, no geral, especificidades em relação aos referenciais teórico-metodológicos e aos temas abordados. A produção militante caracterizou-se pelo factualismo e por algumas compreensões “heróicas” em relação ao movimento operário.

As abordagens sociológicas, sem volumosas pesquisas empíricas, generalizaram para o país inteiro histórias regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Além disso, forjaram interpretações refutadas e/ou matizadas posteriormente, como a predominância do anarquismo e do imigrante na organização do movimento operário brasileiro e a linearidade no desenvolvimento deste (expressa na seqüência mutualismo, associações de resistência e partido).

Já as produções historiográficas da academia resultaram num duplo processo: a ampliação das temáticas, alargando o conceito de classe operária, e a fragmentação das pesquisas, muitas delas encerradas em estudos regionais ou locais, sem diálogo profícuo entre abordagens e recortes espaciais e temporais diversos.

O resultado de toda essa produção foi condicionado pelas conjunturas políticas nas quais as pesquisas foram projetadas e realizadas, pela existência ou não de acervos sobre história operária (que dão a base empírica necessária para a pesquisa) e pelas influências teórico-metodológicas dos pesquisadores.

Os estudos de militantes situaram-se na conjuntura política de sua própria atuação no movimento operário, tendo sido necessário historiar a formação de uma associação ou de um partido. Isso se deu não só pela necessidade de imprimir um significado e um sentido para a ação política. Mas, em muitos casos, e atrelada a essa última,

pela própria necessidade do movimento conhecer a amplitude de suas práticas e suas possibilidades de atuação, como fica explícito nos relatórios dirigidos por associações aos inúmeros congressos operários realizados na Primeira República. Devido justamente a essas características, a história militante foi identificada em alguns casos como produtora de efemérides e de discursos autolegitimadores. No entanto, essas particularidades foram resultado de uma problematização diferenciada em relação aos indícios históricos, não pautadas pelo conhecimento e pelos debates acadêmicos, mas sim pelas necessidades intrínsecas ao movimento operário e à preservação da história deste feita por seus próprios agentes históricos.

O caráter generalizante das interpretações sociológicas feitas a partir da década de 1960 foi resultado direto da ausência de pesquisas empíricas de fôlego na maioria dos estudos representantes dessa tendência. Além disso, a compreensão de que só existiria movimento operário numa sociedade fortemente industrializada acabou desconsiderando a diversificada experiência associativa e os modos de vida da classe operária e, também nesse sentido, desconsiderou a história operária de outras regiões do Brasil além de São Paulo e do Rio de Janeiro. As conclusões sobre o caráter das lideranças operárias, hegemonicamente imigrante e anarquista, além de uma cronologia arbitrária em relação ao caráter das associações operárias, completaram o quadro de modelos explicativos dessas análises sociológicas.

Em relação à historiografia acadêmica desenvolvida a partir da década de 1980, nota-se que a ampliação e a diversificação das pesquisas foram fomentadas por trabalhos pioneiros de brasilianistas e brasileiros nos anos de 1970,⁴ além da organização de

⁴ Dentre os brasilianistas destacam-se MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *A classe operária no Brasil 1889-1930: documentos*. 2 v. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

acervos documentais sobre a história operária que facilitaram a consecução de análises empíricas mais precisas e cuidadosas.⁵ Concomitante a esse processo, novas discussões teórico-metodológicas começaram a ressoar no Brasil, principalmente aquelas relacionadas às obras de Edward Thompson e de Eric Hobsbawm.⁶ Esses autores revigoraram as discussões sobre a formação do operariado e de sua identidade de classe. No caso de Thompson, os estudos culturais sobre a classe operária, auxiliados pela antropologia, ganharam novo fôlego. Já Hobsbawm destacou-se pelos seus estudos sobre os “rebeldes primitivos” e sobre a “aristocracia operária”. Nesse sentido, um dos principais legados desses dois historiadores foi a ampliação da história dos trabalhadores para além do movimento operário, pois a maioria da produção historiográfica até então restringia a história do trabalho e da classe operária à história das associações, dos sindicatos e dos partidos, excluindo de suas abordagens aquele grande número de trabalhadores que, compondo a classe operária, não participavam das associações de classe.

Essa é uma discussão importante para entendermos posteriormente os rumos tomados pela produção historiográfica mais recente, tanto em relação às teorias e metodologias, quanto aos enfoques

temáticos. A história social do trabalho não é e não deve ser uma história apenas dos trabalhadores fabris, urbanos e organizados. Além de estudar as próprias características dos processos de trabalho e das relações de produção em determinado contexto histórico ela deve ampliar suas abordagens para os diferentes tipos de relações de trabalho e de trabalhadores, como a servidão, a escravidão, o campesinato, entre outros. Essa ampliação auxilia não só na compreensão das diversas formas adquiridas pelas relações de trabalho em formações sociais específicas, como ajuda numa caracterização mais lúcida e segura do que seria o trabalho assalariado e o trabalhador urbano no capitalismo industrial. Dessa forma foi se compreendendo que a configuração das relações de trabalho não se deu de forma homogênea, sendo imprescindível um conhecimento diversificado e comparativo entre os processos para entendermos melhor suas especificidades. Além disso, a classe operária e seus modos de vida, incluindo as práticas culturais, a sociabilidade, as relações familiares, etc., possui uma dinâmica que escapa dum abordagem centralizada somente no movimento operário e, mesmo esta, como ressaltam alguns historiadores⁷, nem sempre compreende a base da militância, pois, devido também ao tipo de indício disponível para pesquisa, quem aparece são as lideranças do movimento e suas concepções sobre o mesmo, restringindo-se a identidade de classe a poucos indivíduos que se destacaram na luta sindical.

Destarte, toda essa discussão influenciou profundamente as pesquisas desenvolvidas nos cursos de pós-graduação no Brasil, que originaram estudos muito diversificados, amparados num também diversificado e inovador conjunto de indícios, sobre cultura e cotidiano operário, solidariedades e conflitos étnicos, relações de gênero, imprensa, condições de trabalho, lazer, etc. Contudo, como ressaltou Cláudio Batalha,

Entre os brasileiros destacamos: PINHEIRO, Paulo Sérgio, op. cit.; FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1977; VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁵ Dentre os acervos destacam-se o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, o Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro em Milão e a coleção Max Nettlau do Instituto Internacional de História Social de Amsterdã.

⁶ Destacamos aqui de THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Para uma análise atual da obra de Thompson ver: FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de E. P. Thompson. In: **Tempo Social**, v. 18, n.1. São Paulo: USP, junho 2006. Ver também de HOBBSAWM, Eric. **Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Ver também PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Texto Introdutório. In: **II Jornada de História do Trabalho no Rio Grande do Sul**. Pelotas: NDH da UFPel/GT Mundos do Trabalho da ANPUH, 18 de junho de 2005, p. 1 (mimeo).

⁷ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Contribuição a uma “história dos de baixo” do sindicalismo. In: **Estudos Iberoamericanos**, v. XXI, n.1. Porto Alegre: PUCRS, julho 1995, p. 61-83.

essa ampliação e diversificação temática produziram uma fragmentação na historiografia sobre a classe operária, pois essas abordagens, em sua maioria, não proporcionaram, por muito tempo, um debate integrador das pesquisas, fomentando uma divisão baseada na falsa dicotomia entre estudos da “estrutura” do movimento operário e das “experiências” da classe.⁸ Não obstante, nos últimos anos a produção historiográfica deu um salto qualitativo e quantitativo importante, pois as discussões referidas acima estão sendo incorporadas na prática de pesquisa e elaboração dos estudos, contribuindo para a construção de uma história mais completa e integrada sobre a classe operária em geral e sobre o movimento operário em particular.

Cabe ainda, antes de adentrarmos numa discussão historiográfica mais aprofundada, destacar algumas peculiaridades da produção historiográfica sobre a classe operária na Primeira República. Considerado o período da história brasileira no qual a autonomia sindical foi a regra, o que despertou o interesse de estudiosos nos contextos de repressão e atrelamento dos sindicatos ao Estado, esse período de 1889 até 1930 é ainda o recorte temporal que mais congrega estudos sobre a classe operária. Além da razão exposta acima o que contribui nesse sentido é que foi nesse contexto que se configurou uma classe operária no Brasil e uma diversificada rede de associações operárias. Mesmo assim, muitas críticas têm sido feitas à subordinação dos temas e de suas respectivas dinâmicas a esta cronologia política que considera 1930 como um marco de ruptura e mudança quase “imediate” nas experiências da classe e do movimento operário. Por isso, mais adiante, destacaremos também trabalhos que adentram os anos 1930 para debater as con-

tinuidades e rupturas das experiências operárias na Primeira República.

Escravidão, industrialização e classe operária

Uma das problemáticas mais importantes na história do trabalho do Brasil hoje se refere ao processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado. Em alguns estudos esse assunto foi tratado de forma linear, destacando-se uma seqüência de “fatos” que teriam desembocado na formação do mercado de trabalho livre no Brasil: a proibição do tráfico negreiro em 1850, a abolição da escravatura em 1888, a imigração e a proclamação da República em 1889. Todos esses acontecimentos teriam contribuído de forma inequívoca para a gradativa substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre imigrante, amparado por um aparato jurídico-político burguês que preconizava a igualdade jurídica entre os indivíduos, e para o desenvolvimento industrial a partir dos investimentos do capital excedente cafeeiro. Contudo, além dessa abordagem não ter sido cuidadosa com a dinâmica específica das relações sociais brasileiras, explicou o processo de industrialização do Brasil como um todo pelo modelo paulista, ao identificar uma relação necessária e determinista entre cafeicultura, industrialização, imigração e urbanização.⁹

Assim, interpretações mais recentes¹⁰ destacam a necessidade de pensarmos as inflexões desse processo histórico entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Fundamentadas numa noção

⁸ BATALHA, op. cit., p. 153-54. Ver também COSTA, Emília Viotti da. Experiência versus estruturas. Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina - O que ganhamos? O que perdemos? In. *História Unisinos*, nº Especial. São Leopoldo: CCS/PPGH/Unisinos, 2001, p. 17-51.

⁹ Esse argumento baseia-se no texto de ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano I. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 191-229.

¹⁰ FRENCH, John. A História latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão auto-crítica. In. *História Unisinos*, v. 6, n. 6. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2002, p. 11-28. NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In. *Tempo Social*, v. 18, n. 1. São Paulo: USP, junho 2006.

ampliada de história do trabalho, para além do moderno, urbano e industrial, destacam a permanência do trabalho escravo no pós-Abolição, a composição heterogênea da mão-de-obra industrial (afro-descendentes e imigrantes europeus), a origem rural de muitos trabalhadores urbanos, a escassa produção sobre as relações de trabalho na escravidão e uma abordagem comparativa entre estas e as que paulatinamente foram sendo forjadas com a ascensão do capitalismo.

Além disso, o processo de industrialização nas outras regiões do país que não a sudeste ocorreu de forma diferenciada desta, apesar de suas imbricações com a região mais dinâmica da economia brasileira. Como no caso do Rio Grande do Sul, onde o capital comercial das zonas coloniais imigrantes e o beneficiamento de produtos advindos de matérias-primas agropecuárias (engenhos, fábricas de calçados, de cerveja, de tecidos, etc.) deram o primeiro impulso para a industrialização.

Outro aspecto pouco trabalhado até então são as relações das lutas emancipatórias dos trabalhadores escravos e do movimento abolicionista com os trabalhadores livres contemporâneos a elas e com as posteriores lutas desses pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

Já concernente à identificação entre indústria e classe operária, a tendência é aprofundar a crítica, sustentando-a em análises bem fundamentadas, à interpretação estruturalista de que a classe surge automaticamente com o processo de industrialização e que, devido à incipiente industrialização na Primeira República brasileira, com a subordinação do capital industrial ao comercial, a classe operária seria, “consequentemente”, escassa e suas lutas pouco significativas. Para essa revisão interpretativa são de importância considerável os estudos regionais, que delineiam as especificidades da industrialização, das relações de trabalho e da organização operária, além dos estudos preocupados com a cultura e com a identidade da classe operária, que serão comentados mais adiante.

Nesse sentido, as questões referidas acima ainda são muito mais horizontes para pesquisa do que resultados efetivos de uma diversificada produção historiográfica. As obras sobre a transição do trabalho escravo para o livre ainda continuam sendo os clássicos de Emilia Viotti da Costa, Ademir Gebara, Maria Lúcia Lamounier, Lúcio Kowarick e Peter Eisenberg.¹¹ Algumas pesquisas recentes ainda estão na forma de dissertações e teses como as de Walter Fraga Júnior e Elione Silva Guimarães ou resultaram em artigos especializados, como os de Beatriz Loner.¹² Já em relação a uma abordagem integrada entre industrialização e classe operária a referência mais importante ainda é o trabalho de Francisco Foot Hardman e Vitor Leonardi.¹³

Caracterização do operariado

A pergunta que todos os historiadores da classe operária devem fazer sobre o seu tema é justamente quem é o trabalhador que se está pesquisando, sua origem, sua profissão, sua descendência, seu gênero. Mesmo que muitas vezes os indícios disponíveis nos dificultem uma afirmação categórica e até mesmo uma noção geral sobre esse assunto, é imprescindível pensarmos sobre ele.

¹¹ Ver COSTA, Emilia Viotti da. Da escravidão ao trabalho livre. In. Idem. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999; GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil: 1871-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1986; LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papyrus, 1988; KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994 e EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.

¹² FRAGA JUNIOR, Walter. *Caminhos da liberdade: escravidão, emancipação e pós-emancipação na Bahia, 1870-1910*. Campinas. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004; GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afro-descendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Juiz de Fora, Minas Gerais. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Niterói: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, 2005 e LONER, Beatriz. *Negros: organização e luta em Pelotas*. In. *História em Revista*, n. 5. Pelotas: UFPEL, 1999, p. 7-27.

¹³ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil* (das origens aos anos 20). 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

Num de seus artigos, Cláudio Batalha alertou para a generalização feita em relação ao operário da Primeira República.¹⁴ Segundo esta visão, ele seria predominantemente “branco, masculino, fabril e urbano”, desconsiderando as relações e contradições entre etnia, gênero, trabalho especializado, artesanal e rural que conformaram uma classe profundamente heterogênea.

A noção de que o operário era majoritariamente branco é resultado justamente da escassez de estudos sobre as permanências e influências do trabalho escravo após a Abolição e sobre o destino dos recém libertos. Com uma análise mais cuidadosa dos indícios e com a disseminação de pesquisas regionais, a presença do afro-descendente na composição da mão-de-obra industrial deverá ser mais bem evidenciada, pois, generalizar para todo o Brasil a presença dos imigrantes torna-se bastante problemático, principalmente em locais onde o “trabalhador nacional” foi a única alternativa de mão-de-obra para os empreendimentos fabris. Além disso, o estudo sobre os imigrantes e as relações étnicas no meio operário ainda não é plenamente satisfatório para um entendimento mais abrangente e preciso dessas questões na composição do operariado na Primeira República, não obstante os estudos importantes e indispensáveis que já foram realizados.¹⁵

Já a questão de gênero é um dos temas que mais suscita questionamentos na história do trabalho hoje. A restrição dos estudos ao movimento operário, no que se conhece, majoritariamente organizado por homens, ofuscou a presença relevante da mulher na classe operária e todas as peculiaridades das relações de gênero e suas contradições com as relações sociais de produ-

ção e de trabalho.¹⁶ Um pouco dessa história foi esmiuçada por estudiosos que pesquisaram a cultura e a família operárias, que serão comentados mais adiante. Contudo, também o trabalho infantil, muito disseminado na Primeira República, carece de uma abordagem especializada, descuidando a historiografia de um ponto central das relações e condições de trabalho nesse período histórico.

Outra caracterização recorrente é do operário já imerso na divisão do trabalho fabril, que desconsidera a importância dos trabalhadores especializados, ligados a atividades ainda não totalmente desvinculadas do artesanato, como os tipógrafos e marmoristas. Esses últimos foram protagonistas importantes das primeiras associações operárias e sua condição de “trabalhadores-artesãos” proporcionou vantagens quando da negociação de direitos com o patronato.

A superação do estudo do trabalhador urbano em direção às pesquisas sobre os trabalhadores rurais e a relação entre ambos na configuração do operariado é uma urgência na história do trabalho. Além das peculiaridades das relações de trabalho no campo e suas comparações com aquelas da cidade, a importância do trabalhador rural ou urbano de origem rural é de extrema relevância. Justamente por uma atribuição na literatura acerca de passividade em relação à luta política e sindical, em contraposição aos imigrantes, conhecedores do socialismo e do anarquismo.

Nesse sentido, só na proposta de uma caracterização mais precisa da classe operária na Primeira República, atenta a sua heterogeneidade e a suas expressões locais e regionais, temos um largo campo temático para ser explorado. Assim, saberemos quem são os operários que pesquisamos, senão fica difícil a compreensão de suas lutas e experiências ao longo de suas trajetórias históricas.

¹⁴ BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.), op. cit., p. 161-89.

¹⁵ Dentre esses estudos, que trataram diretamente ou não o tema, cito: MARAM, Sheldon Leslie, op. cit.; FAUSTO, Boris, op. cit.; HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. In: **Trabalhadores**, n. 3. 1989; CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001 e TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**. Campinas: Unicamp, 2004.

¹⁶ Um dos poucos livros sobre o trabalho feminino no início da industrialização brasileira é: PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**. Presença feminina na constituição do sistema. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Operariado e República: relações com o Estado e a sociedade civil

É recorrente na historiografia sobre os anos iniciais da República brasileira, a identificação do descontentamento e da frustração que o novo regime gerou nos indivíduos após a manutenção das práticas políticas oligárquicas e a continuação de uma profunda exclusão socioeconômica da população. Esse sentimento também fez eco entre os operários, integrados numa sociedade que, no discurso e nas estruturas formais do Estado, proclamava a igualdade entre os cidadãos e a importância do trabalho para a promoção da riqueza nacional. Porém, na prática, excluía os trabalhadores das decisões políticas e relegava-os a um estado de miséria e opressão por parte dos patrões.

Assim, devido a essa situação, alguns operários resolveram criar associações, facilitadas pelo liberalismo que preconizava o direito de livre associação, para auxiliarem-se mutuamente e reivindicarem seus direitos. Desde as associações de socorros-mútuos até aquelas de caráter reivindicatório, como as inspiradas pelo socialismo e o anarquismo, a relação com o Estado e a sociedade civil começou a configurar-se de uma forma diferenciada. Naquele momento, a condição de classe objetiva passava a ser pensada pela organização de um movimento classista e a influenciar a luta política e as relações do operariado com a sociedade em geral.

No entanto, a ordem liberal e oligárquica, dominada por uma burguesia sustentada majoritariamente pelo capital comercial, tratou o problema das desigualdades sociais e da pobreza, assim como as lutas sociais fomentadas por elas, como um “caso de polícia”,¹⁷ destacando-se na historiografia a abordagem da repressão estatal contra o operariado.¹⁸ Mesmo assim,

alguns historiadores vêm relativizando essa abordagem, afirmando que não existia uma política estatal de repressão, mas sim uma instrumentalização de setores das forças policiais por alguns patrões, principalmente dos estabelecimentos mais poderosos economicamente.¹⁹

Coadunada com essa problemática, a visão de que o Estado na Primeira República tratava a “questão social” apenas com a repressão ensejou uma série de análises que desconsideravam as discussões sobre legislação trabalhista nesse período. Na contramão dessa interpretação colocou-se Ângela de Castro Gomes,²⁰ que ressaltou a diversidade e as peculiaridades dos debates sobre a legislação trabalhista e as implicações desta para a organização da classe trabalhadora e principalmente do patronato.²¹

Mesmo assim, essas relações do operariado com o Estado e a sociedade civil não se deram apenas por um confronto irreduzível, mas também através de aproximações e até mesmo de composição,²² A busca por uma “ampliação da cidadania” e a diversidade do pensamento político da época fomentou negociações e parcerias do operariado com o Estado e com o patronato, como pode ser evidenciado pelo “sindicalismo amarelo”²³ e pelas associações e caixas de socorro fundadas por patrões. Além disso, as relações paternalistas e as disputas entre os partidos políticos oficiais abrandavam a oposição entre as classes e canalizavam a luta operária para as disputas entre frações das classes dominantes.

¹⁷ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil**. Crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

¹⁸ FAUSTO, op. cit.; VIANNA, op. cit.; PINHEIRO, op. cit.; SIMÃO, op. cit. Ver também CARONE, Edgar. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁹ VARGAS, João Tristan. **O trabalho e a ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República**. Campinas: Unicamp, 2004.

²⁰ GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho**. Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

²¹ Sobre este tema, mesmo que analisando o imediato pós-1930, ver KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. (Tese de Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2004, p. 31-132.

²² Essa dualidade entre confronto e aproximação poderia ser expressa por um mesmo agrupamento político ou militante. Nesse sentido ver: SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**. História de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca/ Fumproarte, 2004.

²³ BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Assim, pela complexidade das lutas políticas, tanto em nível estatal quanto na sociedade civil, a temática das relações do operariado com esses dois espaços sociais também precisa de uma revisão crítica e mais atenta aos indícios históricos. Dessa forma, o operariado não será entendido apenas como um agrupamento hermético, mas sim como uma classe e/ou um movimento que se situa numa sociedade composta de outros agrupamentos políticos e classes sociais. Também deve ser levada em conta a dinâmica entre esses sujeitos históricos quando se quer compreender não só as características gerais de um dado período, mas também as especificidades de uma das classes que o compõe.

Influências teórico-políticas e tipos de organização

Um dos temas mais diversificados da história operária é com certeza a pluralidade dos tipos de organizações associativas e as suas respectivas influências teórico-políticas. Durante certo período, um modelo analítico homogeneizou a explicação sobre essas questões. Segundo ele, às sociedades de socorros-mútuos, fundadas na segunda metade do século XIX se sucederiam as associações de resistência, entre o final do século XIX e início do século XX, e, na década de 1920, a fundação do Partido Comunista do Brasil. Essas formas de organização seriam marcadas sucessivamente pelo mutualismo, socialismo, anarquismo e comunismo, num processo linear e inequívoco de substituição de uma orientação ideológica por outra.

Não obstante, as pesquisas avançaram de forma significativa nessa temática, matizando e redimensionando as explicações anteriormente mencionadas. A primeira conclusão a que chegaram diz respeito à convivência entre formas de organização diferentes e orientações teórico-políticas diferenciadas, pois numa mesma conjuntura e sociedade coexistiam as associações

mutualistas,²⁴ de resistência e os partidos, não só o Comunista, mas também os inúmeros partidos socialistas e operários fundados ao longo da Primeira República. Nesse sentido, também as orientações teórico-políticas não eram doutrinas rigidamente fechadas e coerentemente defendidas por seus militantes. A noção de “socialismo difuso”,²⁵ influenciado pelo positivismo, pelo cientificismo e pelo espiritismo não estava muito próxima do “socialismo científico” de Marx e Engels e às vezes nem mesmo da social-democracia alemã, a qual inspirou diversos militantes no Brasil.

Já o anarquismo,²⁶ relacionado com o sindicalismo e também embebido das idéias científicas da época tornava-se muito maleável em certas ocasiões e, no cotidiano e na família operários, apresentava traços culturais moralistas e práticas patriarcais. O comunismo, muito influenciado pelas notícias da Revolução de 1917 na Rússia e pelas idéias dos militantes que o adotaram aqui no Brasil, muitos deles anarquistas na época, também se tornou confuso na luta política e nos embates ideológicos da Primeira República.

A alegada linearidade das orientações teórico-políticas nas associações e a hegemonia de uma sobre a outra, foi contestada, no caso do Rio Grande do Sul, por Isabel Bilhão. A autora demonstrou que, mesmo com a troca de direção da Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs), em 1911, de socialistas para anarquistas, os primeiros continuavam influenciando as

²⁴ Um importante estudo sobre sociedades mutualistas, centrado no rio Grande do Sul é o de SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (Estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854 - 1940). (Tese de doutorado). Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2004.

²⁵ Ver BATALHA, Cláudio. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In. MORAES, João Quartim de. (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol.II. Os influxos teóricos. Campinas: Unicamp, 2005; KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. A recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30. Rio de Janeiro: Campus, 1988 e SCHMIDT, Benito Bisso. Qual é o nosso socialismo?. In. Idem, op. cit.

²⁶ Sobre a cultura anarquista no Brasil é indispensável o estudo de HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!* Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2003.

bases do movimento operário, assim como estes também o faziam quando do “domínio” dos socialistas. Outra abordagem que Bilhão desenvolveu foi a da análise das lutas no interior da classe operária e não só daquelas em relação com o estado ou com o patronato, evidenciando a importância da pluralidade de enfoques para a compreensão da história operária, tanto da classe quanto do movimento.²⁷

Além das orientações teórico-políticas citadas anteriormente, não podemos esquecer do chamado “sindicalismo amarelo” ou reformista, que negociava de forma mais frequente com o Estado e com as classes dominantes e que eram influenciados pelo positivismo e por outras correntes de pensamento que seriam retomadas, *a posteriori*, quando da criação do trabalhismo.²⁸ Essa oposição entre “revolucionários” e “amarelos” também dá ensejo à discussão sobre a autonomia e a heteronomia dos sindicatos operários no período republicano, coadunando-se com a discussão do subtítulo anterior.

Assim, o estudo das organizações e orientações teórico-políticas do operariado na Primeira República ainda pode ser bastante aprofundado com os estudos regionais e com a revisão do que já foi feito nas cidades mais pesquisadas. Isto ainda é necessário porque as histórias de como as idéias socialistas e anarquistas chegam e são adaptadas no Brasil são ainda insuficientes para compreendermos sua dinâmica. Além disso, o estudo das características das organizações operárias e sua vinculação com a sociedade na qual se desenvolveu e suas disputas internas ainda são temas a serem aprofundados, a despeito de uma guinada historiográfica essencialmente “culturalista”.²⁹

Cotidiano e cultura

Como foi explicitado no início do artigo, não só na Europa como no Brasil a historiografia sobre o operariado deslocou sua análise do movimento para a classe, privilegiando o cotidiano e a cultura dos operários em detrimento de suas organizações e lutas políticas. Essa guinada foi importante, pois contribuiu para a ampliação dos estudos sobre o operariado ao privilegiar aqueles trabalhadores que nunca participaram das instituições formais da classe operária. Além disso, podemos perceber que as próprias características culturais ajudaram a explicar algumas questões obscuras que a história apenas do movimento não havia dado conta de evidenciar. Contudo, o encerramento dos estudos culturais em si mesmos fomentou uma falsa dicotomia entre a classe e o movimento, entre a identidade de classe e as relações sociais de produção e de trabalho. Assim, qualquer pesquisa sobre o operariado hoje deve ter abertura suficiente para dialogar com essas facetas da experiência histórica que, na realidade concreta, formam uma unidade heterogênea e indissociável.

As abordagens culturais centraram-se, sobretudo, na discussão sobre a formação e características da identidade operária, as condições de trabalho, as relações familiares, de gênero e de etnia, a imprensa, a literatura, as biografias, as festas, o futebol, as greves e as manifestações de 1º de maio.³⁰ Todas essas expressões da classe operária, ligadas ao movimento ou ao cotidiano dos

²⁷ BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário**. Porto Alegre: 1906-1911. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

²⁸ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

²⁹ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. In. **Anos 90**, n. 8. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, dez. 1997.

³⁰ Entre eles: BILHÃO, Isabel. **Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)**. (Tese de doutorado). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2005; HARDMAN, op. cit.; CHALHOUB, op. cit.; SCHMIDT, op. cit.; RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; CASTRO, Maria de Lourdes; GUILHERME, Sandra Maria. Raça, etnia e gênero. In. **Presença da Mulher**, n.º. 26. São Paulo: 1993; MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. In. **História social**. Revista de Pós-Graduação em História, n.º 4/5. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997/98; PEREIRA, Leonardo. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1968**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000 e MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária no rio Grande do Sul: 1873-1974**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2004.

demais trabalhadores, proporcionam uma abordagem mais rica da história dos trabalhadores.

As discussões sobre a identidade operária referem-se também, com influência thompsoniana, ao caráter quase que exclusivamente subjetivo da consciência de classe, desconsiderando a configuração objetiva das relações de produção que forjam uma classe independente de uma consciência e de uma luta política. As análises sobre a imprensa e a literatura têm se aprimorado com a contextualização em relação às produções de outros grupos sociais que não operariado. Já as biografias estão de modo satisfatório fazendo a relação intrínseca entre a vida do militante, as condições da classe e o contexto histórico. Por outro lado, as análises sobre as greves e o 1º de maio devem ser retomadas com mais ênfase e dialogar com todos os avanços que a historiografia vem efetuando, inclusive com as influências da maçonaria e da experiência das diversas religiões nas manifestações operárias.³¹ Assim, a cultura e o cotidiano operário, assim como os outros temas, possuem uma diversidade temática a ser explorada e bem analisada em relação com as outras características da classe e do movimento operário.

Considerações finais

Apesar dos avanços e retrocessos da historiografia sobre o operariado da Primeira República no Brasil é evidente o salto qualitativo dado pela mesma nas últimas décadas. Mesmo que muitas das indicações de pesquisa mencionadas aqui ainda sejam apenas propostas e problemáticas e não trabalhos empíricos sendo efetuados, essa característica pode e deve ser um estímulo para os interessados em estudar e conhecer a história do operariado.

Não obstante, os interessados em estudar e entender essa história devem fun-

damentar-se numa análise mais abrangente e totalizante da história da classe operária, pois as características culturais da mesma não estiveram desvinculadas do processo de transição para o trabalho livre no Brasil, caso exemplar da importação de mão-de-obra e os desdobramentos étnicos desse processo, assim como a classe que toma forma nas relações de produção originadas nesse contexto só se “experimentou historicamente” nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais do contexto histórico no qual atuou.

Referências bibliográficas

BATALHA, Cláudio. Vida associativa. In. **Anos 90**, n. 8. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, dez. 1997.

_____. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano I. O tempo do liberalismo excludente**. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In. MORAES, João Quartim de. (org.). **História do marxismo no Brasil**. Vol. II. Os influxos teóricos. Campinas: Unicamp, 2005.

BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário**. Porto Alegre: 1906-1911. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. **Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)**. (Tese de doutorado). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2005.

³¹ BATALHA, Cláudio. Vida associativa. In. **Anos 90**, n. 8. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, dez. 1997, p. 66-78.

- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da História**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CASTRO, Maria de Lourdes; GUILHERME, Sandra Maria. "Raça, etnia e gênero". In: **Presença da Mulher**, n.º. 26. São Paulo: 1993.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A "questão social" no Brasil**. Crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____. Experiência versus estruturas. Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina - O que ganhamos? O que perdemos? In: **História Unisinos**, n.º Especial. São Leopoldo: CCS/PPGH/Unisinos, 2001.
- DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX**. Campinas: Unicamp, 1989.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1977.
- FORTES, Alexandre. "Miríades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson. In: **Tempo Social**, v. 18, n.1. São Paulo: USP, junho 2006.
- FRAGA JUNIOR, Walter. **Caminhos da liberdade: escravidão, emancipação e pós-emancipação na Bahia, 1870-1910**. Campinas. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- FRENCH, John. A História latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. In: **História Unisinos**, v. 6, n. 6. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2002.
- GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil: 1871-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho**. Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.
- GUIMARÃES, Eliane Silva. **Múltiplos viveres de afro-descendentes na escravidão e no pós-emancipação. Juiz de Fora, Minas Gerais**. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, 2005.
- HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. In: **Trabalhadores**, n. 3. 1989.
- HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). **A classe operária no Brasil 1889-1930: documentos**. 2. v. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- FOOT HARDMAN, Francisco. **Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2003.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Vitor. **História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- HOBSBAWM, Eric. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. **Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981;
- _____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. A recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. (Tese de Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2004.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**. A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879**. Campinas: Papirus, 1988.

- LONER, Beatriz Ana. Negros: organização e luta em Pelotas. In. **História em Revista**, n. 5. Pelotas: UFPEL, 1999.
- _____. A História Operária no Rio Grande do Sul. In. **História Unisinos**, n. Especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: CCS/PPGH/Unisinos, jul. a dez. 2001.
- MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária no rio Grande do Sul: 1873-1974**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2004.
- MARTINS, Ana Paula Vosne Possibilidades de diálogo: classe e gênero”. In. **História social**. Revista de Pós-Graduação em História, n° 4/5. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997/98.
- NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In. **Tempo Social**, v. 18, n. 1. São Paulo: USP, junho 2006.
- NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano I**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PENA, Maria Valeria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**. Presença feminina na constituição do sistema. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, Leonardo. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1968. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras. As pesquisas regionais e a história operária brasileira. In. **Anos 90**, n. 3. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, maio 1995.
- _____. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. In. **Anos 90**, n. 8. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, dez. 1997.
- _____. Texto Introdutório. In. **II Jornada de História do Trabalho no Rio Grande do Sul**. Pelotas: NDH da UFPel/GT Mundos do Trabalho da ANPUH, 18 de junho de 2005, p. 1 (mimeo).
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Contribuição a uma “história dos de baixo” do sindicalismo. In. **Estudos Iberoamericanos**, v. XXI, n.1. Porto Alegre: PUCRS, julho 1995.
- _____. **As sociedades de socorros sítuos**: estratégias privadas e públicas (Estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854 - 1940). (Tese de doutorado). Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2004.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**. História de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca/Fumproarte, 2004.
- SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: USP/ Dominus, 1966.
- THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**. Campinas: Unicamp, 2004.
- VAGLIENTE, Pablo. El asociativismo comparado: Buenos Aires y Córdoba en la etapa de la explosion asociativa (1850-1890). In. **ANAIS**. Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUCRS, 2005.
- VARGAS, João Tristan. **O trabalho e a ordem liberal**: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República. Campinas: Unicamp, 2004.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.